

Governo chega a acordo com sete sindicatos sobre recuperação do tempo de serviço dos professores

eco.sapo.pt/2024/05/21/governo-chega-a-acordo-com-a-fne-sobre-recuperacao-do-tempo-de-servico-dos-professores/

Joana Morais Fonseca

21 de maio de 2024



Educação

Acordo prevê que 50% do tempo de serviço dos professores seja devolvido no espaço de 1 ano (uma tranche em setembro de 2024 e uma segunda em julho de 2025) e o restante até julho de 2027.

O Ministério da Educação **chegou** esta terça-feira a **acordo com sete sindicatos do setor da Educação** – FNE, FENEI, SIPE, FEPECI, SPLIU, SNPL e SIPPEB – sobre a recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço dos professores que estão congelados desde a *troika*. De fora ficaram a **Fenprof**, o **SPL**, o **SEPLEU**, o **Pró-Ordem** e o **Stop**.

À saída da reunião, Pedro Barreiros adiantou que **50% do tempo vai ser devolvido no espaço de um ano** (uma tranche em setembro de 2024 e uma segunda em julho de 2025) e **o restante até julho de 2027**. “**É um dia histórico para todos os professores**”, enalteceu. “**Não é uma vitória do Governo. Não é uma vitória dos sindicatos. É uma vitória de todos, incluído da escola pública**”, corroborou Júlia Azevedo.

“Chegámos a acordo. Foi demorado, mas com um bom propósito”, anunciou o secretário-geral da FNE, o primeiro a sair da reunião com o Governo, referindo que “é um dia histórico” e que o acordo foi alcançado através do “esforço e envolvimento de todos os professores”.

“Temos vindo de um processo extremamente desgastante e finalmente conseguimos encontrar uma plataforma de entendimento”, corroborou Francisco Pinto, da FENEI e em representação também do Sindicato Independente de Professores e Educadores (SIPE), FEPECI, SPLIU e SNPL, notando que “o poder político teve de perceber” que a classe “tinha razão”, visto que tem sido “extremamente mal tratada”. **“Foram quase 20 anos após o primeiro congelamento e finalmente conseguimos a recuperação integral do tempo de serviço”**, acrescentou a presidente do SIPE, à saída da reunião, apontando que **“isso é uma vitória” e que foi alcançado “um bom acordo com cedências de parte a parte”**.

Com este acordo é possível **“recuperar a totalidade do tempo congelado”**, isto é, os 2.393 dias, **“faseados da seguinte forma: 599 dias no dia 1 de setembro de 2024 e 598 dias nos três momentos seguintes (a 1 de julho de 2025, 1 de julho de 2026 e 1 de julho de 2027)”**, explicou Pedro Barreiros. Ou seja, no espaço de um ano, os docentes conseguem ver devolvidos 50% do tempo de serviço que ainda está congelado.

“São 2 anos e 10 meses para recuperar todo o tempo de serviço que nos falta sem perder um único dia”, acrescentou a presidente da SIPE, notando que “ao contrário” do que sucedeu em 2018, **“em que o tempo de serviço era mascarado e sufragado, agora o tempo é sempre contabilizado à data de progressão do professor”**.

As carreiras da Administração Pública estiveram congeladas entre 2005 e 2007 e entre 2011 e 2017, num total de nove anos e quatro meses. Em 2019 e após um debate aceso, os docentes acabaram por **recuperar cerca de dois anos, nove meses e 18 dias de serviço**, o que representa uma despesa permanente **de 244 milhões de euros anuais para os cofres do Estado**, segundo revelou o antigo ministro da Educação, João Costa. Ainda ficavam a faltar, por isso, os 6 anos, 6 meses e 23 dias.

Na reunião da semana passada, o ministro reiterou que qualquer alteração à proposta vai ter “um impacto orçamental significativo”, pelo que, diz, que prefere não avançar com números publicamente. “As contas estão feitas e quando estivermos a proposta fechada serão apresentadas com toda a transparência, prometeu. No programa de Governo, a estimativa era de cerca de 300 milhões de euros.

Por outro lado, segundo a FNE, o Ministério da Educação garantiu que **“ todos os professores alvo do congelamento irão ficar todos dispensados de vagas de acesso ao 5.º e ao 7.º escalão”**, sendo que essa progressão irá ocorrer **“à data em que os docentes reunirem as condições”**. “É outra grande, grande vitória”, enalteceu também Júlia Azevedo.

Esta era, aliás, uma condição sine qua non imposta pelos sindicatos para chegarem a acordo com o Governo. Além disso, foi ainda assegurado que **“os professores não veriam subtraídos o tempo de serviço em lista”** de espera e que para beneficiarem destas circunstâncias **“não é preciso ter a totalidade do tempo de serviço congelado”**.

Apesar das cedência do Executivo, ao permitir uma recuperação mais rápida face ao inicialmente proposto e de não “subtrair” o tempo já assegurado através do “acelerador das carreiras”, **o Ministério da Educação não cedeu na obrigatoriedade de permanecer, no mínimo, um ano antes da progressão ao escalão seguinte**, mas os sindicatos fizeram salvaguardar que **“esse tempo de permanência vai ser recuperado no escalão seguinte”**, explicou a presidente da SIPE.

À saída da reunião, a FNE deu ainda conta ao ministro da Educação que, no futuro, a questão da ultrapassagem também deve ser discutida, bem como deve ser aberto um processo negocial que vise **“compensar” os professores que estão no 10º. escalão** [o último escalão da carreira], no sentido de ser permitida numa futura revisão da carreira, **que estes docentes possam ver contabilizado o tempo de serviço”**, nomeadamente através da criação de novos escalões.

Nesta revisão, o sindicato liderado por Pedro Barreiros propõe ainda que **se equipare os professores que estão no topo da carreira ao topo da carreira dos técnicos superiores**. De notar que estes docentes ficam de fora desta recuperação, tal como o ministro já tinha sinalizado no final da última reunião, dado que a recuperação é feita através da progressão na carreira. Já o SIPE apontou que “ficou a promessa” de num futuro “próximo” começar as “negociações” de outras “questões muito importantes”, como é o caso da alteração ao diploma da mobilidade por doença.

Cinco sindicatos não assinaram o acordo. “É um acordo que exclui professores”, justifica Fenprof

Ainda assim, dos 12 sindicatos que representam o setor, **houve cinco que decidiram não assinar o acordo com o Ministério da Educação**: o SPL, o SEPLEU, o Pró-Ordem e o Stop vão avançar com um pedido de negociação suplementar, enquanto a Fenprof vai realizar um plenário para decidir se vai requerer ou não uma negociação suplementar.

“A Fenprof acaba de sair de uma reunião tendo informado o ministro da Educação de que não assinará um acordo como este que aqui está e que nos foi apresentado”, afirmou secretário-geral da Fenprof, reconhecendo que há “aspectos em que houve evolução” da parte do Governo, mas que ainda assim há divergências de “fundo” que não permitem a assinatura do documento.

“Há 25.400 professores que não são abrangidos na totalidade ou em parte pela recuperação” do tempo de serviço, dos quais **“13.400 que estão no 10º escalão”** e que “perderam tempo como os outros” e “vão ser penalizadíssimos na sua aposentação” e **“outros 12 mil professores do 8º escalão”**, indicou Mário Nogueira, sublinhando que **“este é um acordo que exclui professores”**. “Seríamos hipócritas fazermos um acordo hoje e para a semana estarmos à porta do Ministério da Educação a dizer que os professores do topo da carreira também devem ser envolvidos”, acrescentou.

Além disso, “há professores que quando foi da recuperação dos 1.018 dias [o equivalente a 2 anos, 9 meses e 18 dias] foram obrigados a usar esse tempo de serviço para subirem nas listas”, sendo que “alguns nem mudaram de escalão” e o acordo não prevê a recuperação desse tempo, sustentou Mário Nogueira.

A Fenprof realçou ainda que a recuperação do tempo de serviço agora assegurada **“não é nada que tivesse caído do céu, nem caído do Governo”**, mas que se deveu a **“uma forte luta que os professores desenvolveram em 2023”**, da qual o sindicato se orgulha, nomeadamente de “não ter sido daqueles que entraram a meio da luta quando ficaram isolados e se puseram dessa luta”.

Mário Nogueira criticou ainda os sete sindicatos que chegaram a acordo esta terça-feira, indicando que estes **“perderam oportunidade de poder ir mais longe”**, através da negociação suplementar. Para já, a Fenprof vai reunir em plenário para decidir se avança ou não com esse pedido, mas o secretário-geral adianta que **“é provável que sim”**.

Questionado sobre as declarações do ministro da Educação, que acusou a Fenprof de não ser “parte da solução”, Mário Nogueira apelidou o **momento de “execrável” e “lamentavelmente triste” e considerou que esta “é uma facada na confiança”** com a Fenprof.

“[O ministro] Não tem o direito de fazer uma afirmação dessas”, apontou Mário Nogueira, referindo que o governante **“reprovou neste primeiro relacionamento”**, nomeadamente pela “forma como se comportou”. Por isso, o sindicalista sugeriu a Fernando Alexandre que tenha **“tento da língua sobre pena de criar maiores dificuldades”**, avisou.

(Notícia atualizada pela última vez às 23h05)

Assine o ECO Premium

No momento em que a informação é mais importante do que nunca, apoie o jornalismo independente e rigoroso.

De que forma? Assine o ECO Premium e tenha acesso a notícias exclusivas, à opinião que conta, às reportagens e especiais que mostram o outro lado da história.

Esta assinatura é uma forma de apoiar o ECO e os seus jornalistas. A nossa contrapartida é o jornalismo independente, rigoroso e credível.